

## O Projeto João Pessoa Sustentável (BID) e a Luta pelo Território da Comunidade São Rafael - João Pessoa/PB

The João Pessoa Sustainable Project (BIRD) and the Struggle for the Territory of the São Rafael Community - João Pessoa/PB (Brazil)

*Rafael da Silva Santos*<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0009-0000-5644-0273>

*Ana Carolina de Oliveira Marques*<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8752-555X>

### Resumo

Este trabalho tem como objeto a luta travada pela comunidade São Rafael, em João Pessoa, no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, uma parceria entre a prefeitura municipal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Sob a ameaça de expropriação territorial, esta comunidade quase centenária, junto a outras sete comunidades no “complexo beira-rio” - às margens do Rio Jaguaribe, disputam os usos e representações de uma área de grande interesse imobiliário. Neste texto, extensão de uma pesquisa de trabalho final de curso, realiza-se uma radiografia deste conflito, apresentando a comunidade São Rafael como uma síntese dos principais atores, das estratégias de convencimento, da organização popular que resiste e cria novas formas de resistências, constituindo redes de apoio e projetos educativos contra hegemônicos. Buscamos contribuir na construção da resistência contra as ações impositivas da prefeitura e dos demais organismos que pretendem desapropriar o território sob o mito do desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Expropriação territorial; Organização popular; Desenvolvimento sustentável.

### Abstract

This work focuses on the struggle faced by the São Rafael community in João Pessoa, within the framework of the João Pessoa Sustentável Program, a partnership between the municipal government and the Inter-American Development Bank (IDB). Under the threat of land expropriation, this nearly century-old community, along with seven other communities in the “beira-rio complex” – located along the banks of the Jaguaribe River – is engaged in a dispute over the use and representation of an area of high real estate interest. In this text, an extension of a final course research project, a detailed analysis

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, [georafael@gmail.com](mailto:georafael@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Geografia, Professora da Universidade Federal da Paraíba, [anacarolina@ccen.ufpb.br](mailto:anacarolina@ccen.ufpb.br)

of this conflict is presented, depicting the São Rafael community as a synthesis of the main actors, of the persuasion strategies, of the popular organization that resists and creates new forms of Oresistance, establishing support networks and counter-hegemonic educational projects. Thus, we aim to contribute to the construction of resistance against the imposing actions of the municipal government and other entities that seek to expropriate the territory under the myth of sustainable development.

**Keywords:** Land expropriation; Popular organization; Sustainable development.

---

## Introdução

Este texto é desdobramento de um trabalho de conclusão do curso de Geografia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apresentado em 2024. O objetivo da pesquisa que resultou neste texto foi compreender os processos de resistência desenvolvidos na luta pelo território da comunidade São Rafael, em João Pessoa (Paraíba), frente ao Programa “João Pessoa Sustentável”, uma parceria da prefeitura municipal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para tanto, foi necessário:

1. Entender os processos, atores e estratégias de disputa territorial em que a comunidade está envolvida;
2. Compreender as resistências e a luta pelo território na comunidade.

Em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa transcorreu da seguinte forma: revisão bibliográfica; consulta a fontes documentais; trabalho de campo – incluindo conversas com residentes e lideranças da comunidade; organização e produção de representações cartográficas; redação do texto.

Na revisão bibliográfica, utilizamos como base para o levantamento histórico e geográfico da comunidade São Rafael, as obras de Lucena (2013), Nascimento (2012) e Souza (2013). Também consultamos documentos oficiais da Prefeitura de João Pessoa e do BID.

O artigo está estruturado em três partes: Na primeira, apresentamos o contexto histórico e geográfico da comunidade São Rafael, com destaque aos fatores locais; na sequência, discorremos acerca do programa João Pessoa Sustentável; por último, os atores e algumas táticas de resistência da comunidade.

Buscamos contribuir na construção da resistência contra as ações impositivas da prefeitura e dos demais organismos que pretendem desapropriar o território a troco do falacioso desenvolvimento sustentável.

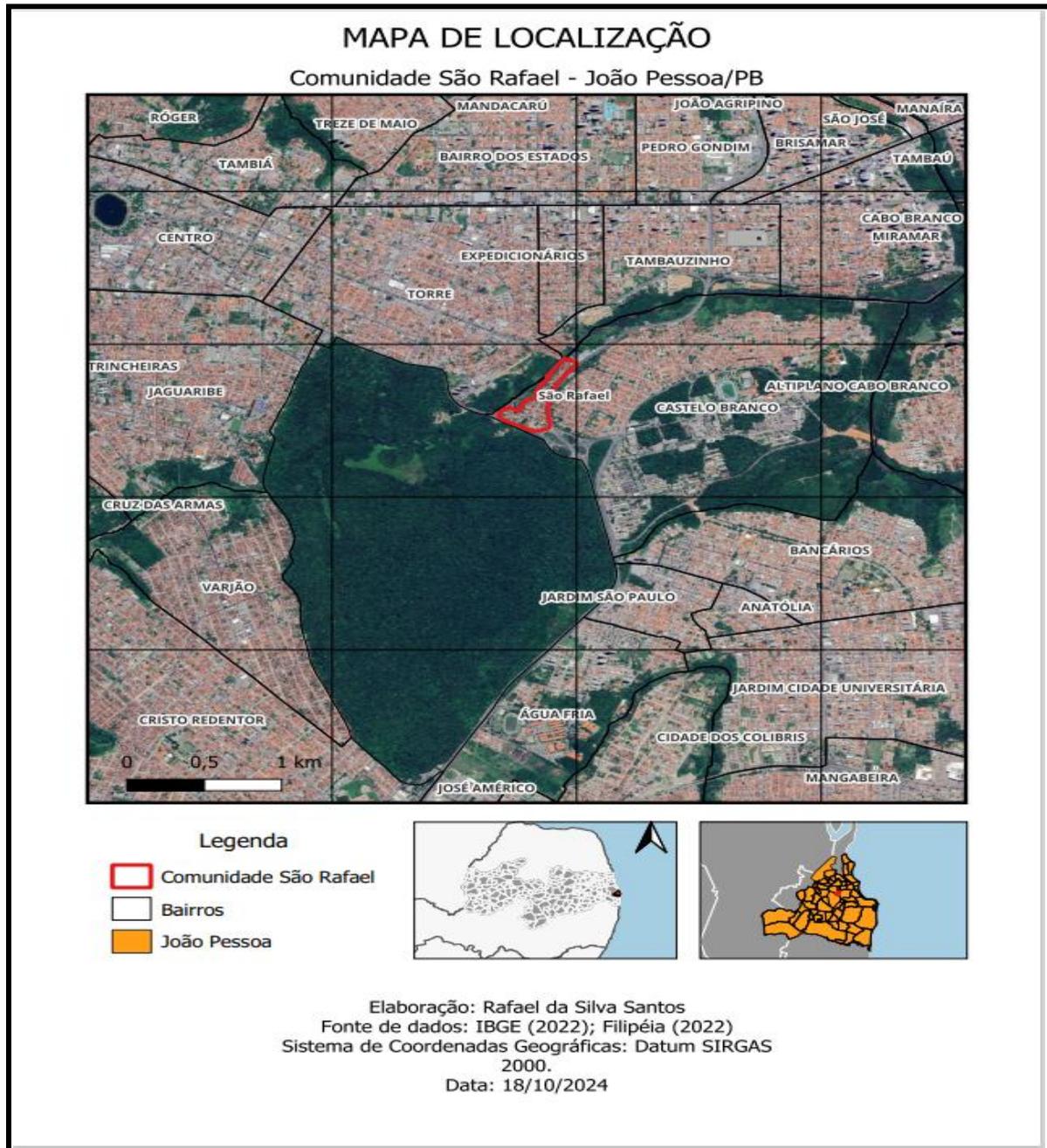
## A comunidade São Rafael - Contexto histórico e geográfico

Às margens do rio Jaguaribe, na cidade de João Pessoa (Paraíba), se encontra uma comunidade quase centenária, denominada São Rafael. Assim como outras comunidades situadas em regiões de interesse do capital imobiliário, São Rafael enfrenta nos últimos anos um processo de desterritorialização em marcha.

A face mais notável deste processo de desterritorialização é a pressão de atores públicos e privados sobre as famílias da comunidade, forjando uma saída “espontânea” por meio de indenizações aquém dos valores dos imóveis da região.

A Comunidade São Rafael está localizada no bairro Castelo Branco III, situada na bacia do rio Jaguaribe, nas imediações do Jardim Botânico e do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Buraquinho<sup>3</sup>.

**Figura 1:** Localização da comunidade São Rafael - João Pessoa-PB.



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

<sup>3</sup> Unidade de Conservação de Proteção Integral instituída pelo Decreto N° 35.195, de 23 de Julho de 2014.

Sua posição geográfica é estratégica: próxima a universidades, centros comerciais, equipamentos de saúde e áreas verdes. A proximidade com as principais avenidas da cidade (BR-230, Avenida Dom Pedro II, Avenida Epitácio Pessoa e Avenida Beira Rio) garante rápido acesso a diversos bairros e zonas da cidade. A centralidade geográfica da comunidade contribui para intensificar o interesse nessa região pelo capital imobiliário.

A origem da comunidade remonta à Fazenda São Rafael, também conhecida como Granja São Rafael. Após a Primeira Guerra Mundial, com a finalidade de cultivar hortaliças destinadas ao abastecimento da cidade que crescia com a migração/expropriação de sujeitos do campo, a fazenda foi adquirida pelo Governo do Estado da Paraíba e transformada na Estação Experimental do Litoral (Lucena, 2013).

Vale destacar que, nesta época, a extensão territorial da fazenda abrangia não apenas a área atual da comunidade, mas incluía a Mata do Buraquinho e o que hoje corresponde aos bairros dos Bancários, Santa Clara e Dorotéias. Cerca de 12 famílias brasileiras e 5 famílias japonesas desempenhavam atividades agrícolas e pecuárias na região onde hoje se localiza a comunidade (Lucena, 2013).

Entre as décadas de 1950 e 1970 a fazenda foi gradualmente desmembrada e uma série de equipamentos urbanos foram construídos na região, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a BR-230 e a Avenida Dom Pedro II. Aliado a isso, o crescimento populacional da cidade nessas décadas impulsionou a favelização das áreas mais próximas do rio:

O processo de favelização no vale do rio Jaguaribe é fruto de um constante e intenso fluxo migratório em especial causado pela expulsão de trabalhadores do campo, seja pelas transformações na organização da produção seja pelas secas prolongadas nas regiões áridas da Paraíba (Sertão, Borborema e Agreste). (Lucena, 2013, p. 74-75).

A população de baixa renda, principalmente oriunda de áreas rurais, passou a ocupar as margens do rio Jaguaribe. Quando a fazenda foi totalmente desmembrada, a área passou a ser chamada de favela São Rafael e, mais tarde, comunidade São Rafael.

A partir da década de 1980, durante a gestão de Wilson Braga, o Governo do Estado da Paraíba iniciou um tímido processo de urbanização na comunidade, substituindo antigas casas de taipa por construções de alvenaria e pavimentando algumas ruas (Lucena, 2013). Iniciativa que viabilizou a permanência das famílias na área.

**Figura 2:** Fotografia aérea de 1989 de parte da bacia do rio Jaguaribe.



**Figura 35:** Fotografia aérea de 1989. Destaque para as favelas Padre Hildon Bandeira (azul), Brasília de Palha (verde) e São Rafael (vermelho).  
Fonte: PMJP, 2012.

**Fonte:** Nascimento, Ana Caroline Aires Vieira do. (2012, p. 96).

Pela fotografia acima, notamos o estágio avançado de urbanização da área no final da década de 1980, cujo traçado das ruas testemunha a ação de planejamento estatal. Destoam deste traçado retilíneo/ordenado, exatamente as comunidades (designadas favelas) destacadas, na fotografia original, com contornos coloridos: a Comunidade São Rafael (vermelho), a comunidade Padre Hildon (azul) e a comunidade Brasília de Palha (verde). Pela fotografia, é também visível a área de mata (Mata do Buraquinho) e a BR-230 (transamazônica).

A comunidade São Rafael é uma das mais antigas da cidade de João Pessoa. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, haviam 1.326 moradores na comunidade, distribuídos em 370 domicílios. Com uma média de 3,6 moradores por domicílio. Já os dados mais recentes sobre a população da comunidade são provenientes do site Panorama Censo 2022, os residentes contabilizam 1.248.

A comunidade possui em seu território um Unidade de Saúde da Família (USF), uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e uma pequena praça, além de templos religiosos, dentre eles quatro igrejas cristãs (uma católica e três protestantes), um centro espírita e um terreiro de matriz africana.

Tem vida cultural, política e esportiva bastante ativa. Um time de futebol amador, o São Rafael Futebol Clube, e alguns organismos de participação comunitária, como: a Rádio Comunitária Voz Popular; o Banco Comunitário Jardim Botânico que introduziu a Orquídea como moeda oficial da comunidade; a Padaria Comunitária São Rafael; o Ponto de Cultura Voz da Periferia e o Centro Comunitário de Economia Solidária Paul Israel Singer. Todos esses espaços foram promovidos a partir de ações do Instituto Voz Popular (IVP), fundado na comunidade em 2005 (Instituto Voz Popular, 2018).

Ao longo da história da São Rafael, a organização popular desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de iniciativas educativas, políticas e socioeconômicas, subsidiadas por parcerias.

Entre as principais entidades fundadas na organização de base, destaca-se o Instituto Voz Popular, anteriormente chamado de Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), responsável pela multiplicação dos espaços e ações comunitárias supracitadas.

Enquanto instituições parceiras, merecem destaque a Associação de Prevenção à AIDS (AMAZONA), que foi a primeira organização externa a estabelecer vínculos com a comunidade, promovendo atividades relacionadas à educação sexual para crianças e adolescentes; a Association de Solidarité Internationale (ESSOR), que se destacou por seu compromisso com a profissionalização e geração de trabalho e renda na comunidade; a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão; a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) que mediu o processo de criação do banco comunitário e da moeda social Orquídea; e o Hospital Alberto Urquiza Wanderley (UNIMED-João Pessoa), que financiou a formação de um coral composto por crianças e jovens da comunidade, alcançando reconhecimento nacional ao ser convidado para se apresentar no Palácio do Planalto, em Brasília, no ano de 2010<sup>4</sup>.

**Figura 3:** Mosaico de imagens das paisagens da comunidade São Rafael.



**Imagem 01:** Associação de moradores da comunidade São Rafael. **Imagem 02:** Rio Jaguaribe. **Imagem 03:** Ponte férrea sobre o rio Jaguaribe. **Imagem 04:** Igreja católica e USF São Rafael. Ao fundo, torres de telecomunicações da Rádio Tabajara.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

<sup>4</sup> Para saber mais em: <https://www.unimedjp.com.br/noticia/coral-jovem-unigente-abrira-solenidade-em-brasilia-na-tarde-desta-quarta/4276>.

As paisagens da comunidade expressam o paradoxo entre um planejamento estatal deliberadamente desigual e contraditório e as formas espaciais produzidas por vínculos comunitários (políticos, redes de afeto, reprodução de saberes geracionais).

A atuação de entidades no território, inclusive internacionais, indicam que, nesses quase cem anos, a comunidade vivencia a oscilação entre momentos de visibilidade/reconhecimento e invisibilidade/ameaça de desintegração.

A notoriedade da comunidade na promoção de ações de base comunitária, e o histórico de relações com instituições nacionais e internacionais, não impediu que a São Rafael se tornasse um importante obstáculo à consolidação do domínio do capital imobiliário sobre a região. A seguir, a mais recente e de maior magnitude ameaça de desterritorialização da comunidade São Rafael.

### **O Programa João Pessoa Sustentável**

Nos últimos anos, a comunidade São Rafael e mais 07 comunidades, todas localizadas no vale do Rio Jaguaribe, vêm sofrendo com a ameaça de remoção de 851 famílias pela prefeitura, por meio do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa, intitulado “João Pessoa Sustentável” (PMJP, 2020).

O programa foi criado no ano de 2013, fruto da adesão da cidade de João Pessoa à Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A adesão ao ICES conta também com a parceria da Caixa Econômica Federal (João Pessoa Sustentável: Plano de ação, 2014).

De acordo com o Plano de Ação do programa, “as atividades previstas totalizam investimentos de R\$1,25 bilhão, e montantes de pré investimento na ordem de R\$117 milhões” (João Pessoa Sustentável: Plano de ação, 2014, p.17).

Uma das áreas de atuação do programa é o Complexo Beira Rio (CBR) que abrange as comunidades São Rafael, Santa Clara, Tito Silva, Miramar, Vila Tambauzinho, Brasília, de Palha, Cafoto Liberdade e Padre Hildon Bandeira. Na **Figura 4**, estão selecionadas em amarelo as áreas de intervenção no Complexo Beira Rio.

**Figura 4:** Áreas de intervenção no Complexo Beira Rio.



**Fonte:** Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização (2020).

Nessas áreas, as intervenções incluem a criação de conjuntos habitacionais e de um parque linear de 2,5 km de extensão ao longo da margem do rio Jaguaribe. De acordo com o Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização, na área da comunidade São Rafael será feito um projeto de urbanização que contará com: criação de áreas de permanência comuns, novas praças, melhorias na pavimentação e iluminação, integração da comunidade com o parque linear proposto e a requalificação de equipamentos da comunidade já utilizados pelos moradores (PMJP, 2024).

No entanto, para que todas essas mudanças sejam feitas, será necessário remover 226 famílias da comunidade, conforme mostra a **Figura 5**. A prefeitura afirma que os domicílios afetados estão localizados em áreas de risco de inundações ou deslizamentos de terra.

**Figura 5:** Mapeamento dos imóveis afetados pela desapropriação.



**Fonte:** Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização. Prefeitura de João Pessoa, 2024.

Os moradores questionam a metodologia usada na seleção das residências que serão removidas, alegando que o mapa inclui famílias que nunca enfrentaram alagamentos ou quaisquer outros riscos ambientais, assim como exclui propriedades (na margem oposta do rio) no mesmo nível altimétrico. Como resultado, a falta de diálogo tem gerado dúvidas entre os moradores e intensificado a tensão em torno do projeto. Há ainda denúncia do Escritório Local (ELO), criado pelo BID para agir como mediador entre o programa e a comunidade, da interdição do diálogo aberto com a população local.

Como forma de chamar a atenção do Ministério Público e da população da cidade em geral, os moradores do Complexo Beira Rio criaram uma página no Instagram chamada “s.o.s8comunidades”. Por meio dela, articulam reuniões e protestos, e apelam por mais participação das comunidades na construção do projeto.

Como resultado da luta organizada dos moradores, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União realizaram visitas à comunidade com o intuito de ouvir as principais reclamações dos moradores e averiguar a condição das casas que estão no plano de remoção do programa<sup>5</sup>.

Nos últimos anos, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem produzido estudos e análises críticas do projeto João Pessoa Sustentável que ajudam a comunidade a questionar as ações da prefeitura e organismos parceiros, bem como propor formas participativas de execução. Um exemplo é o projeto "A Nova Agenda Urbana e os ODS e sua relação com a implementação do 'Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa': uma análise das agendas, ações, agentes e escalas envolvidas" (UFPB/CNPQ/2021/2022). A pesquisa revelou importantes vínculos entre o processo de urbanização e a expropriação de populações pobres no contexto das atuais políticas neoliberais<sup>6</sup>.

O processo de desterritorialização envolvendo a comunidade e o projeto João Pessoa Sustentável ilustra uma realidade comum em muitas cidades, onde o discurso em prol da modernização e da sustentabilidade, quase sempre, tem um custo social que recai sobre a população pobre/hiper explorada.

Este breve relato dos embates que a comunidade vem travando com o setor público – enquanto representante de interesses privados – elucida as tensões territoriais mais evidentes que incidem sobre a vidas das famílias da São Rafael.

### **IVP e Associação de moradores: Principais atores de resistência organizada da comunidade São Rafael**

Além da Escola São Rafael, a comunidade contou historicamente com organismos que promoveram ações educativas, como a Entidade Beneficente Evangélica (E.B.E), que no início dos anos 2000 impulsionou a criação de uma escola de alfabetização infantil, popularmente conhecida como 'Escolinha do Nazareno', vinculada à Igreja do Nazareno (Souza, 2013).

Durante alguns anos essas duas escolas foram responsáveis pela alfabetização de grande parte das crianças da comunidade. No entanto, com o fim das atividades da escola de alfabetização da EBE, uma parte dos moradores da comunidade passou a direcionar os filhos para escolas dos bairros mais próximos, como Castelo Branco, Expedicionários e Torre.

O trabalho da E.B.E não se limitou por aí, por meio de projetos de evangelização e com o apoio de instituições estrangeiras como a Compassion e a ESSOR, a organização promoveu atividades de educação não formal voltadas para as crianças e adolescentes da comunidade, atuando como uma

---

<sup>5</sup> Para saber mais em: [https://www.instagram.com/p/C5dzbwjry\\_S/](https://www.instagram.com/p/C5dzbwjry_S/).

<sup>6</sup> Para saber mais em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st02-40.pdf>.

espécie de reforço escolar no contraturno. Tal ação proporcionou uma maior aproximação da comunidade com a instituição e levou a criação de inúmeros projetos de cultura e resistência popular até hoje existentes na comunidade. Um desses projetos, herdado pela contribuição da E.B.E na comunidade, é o Instituto Voz Popular.

Atualmente, o Instituto Voz Popular desenvolve diversas ações na comunidade, desde ações educativas com crianças e adolescentes até ações voltadas à economia solidária e gestão democrática participativa. Junto com a Associação de Moradores (AMCSR), o instituto tem pressionado a prefeitura para que o programa João Pessoa Sustentável seja construído de maneira participativa.

Durante o trabalho de campo na comunidade, visitamos a sede do instituto, onde foi possível conversar com uma de suas principais lideranças. Segundo nosso informante, atualmente a escola São Rafael é utilizada como “cabide de funcionários fantasmas” e não atende à demanda educacional dos moradores. Frente a isso, o IVP desenvolve um projeto de educação popular que acolhe cerca de 60 crianças e adolescentes da comunidade, proporcionando acesso a cursos e atividades culturais. Além disso, o instituto planeja ampliar sua sede com a participação coletiva da comunidade, propondo a criação de um espaço arborizado e sustentável. Esta sede, construída por múltiplas mãos de trabalhadores da comunidade, compõe o conjunto de táticas empreendidas na resistência ao projeto João Pessoa Sustentável, como se dissesse: “estamos construindo onde vocês querem destruir”.

O IVP também realiza semanalmente atividades recreativas e de bem-estar e saúde para os(as) jovens e idosos(as) da comunidade. Tais atividades proporcionam o fortalecimento das conexões entre os moradores e fortalece uma sociabilidade pautada em princípios comunitários.

Dessa forma, as ações de resistência da comunidade se configuram não apenas como uma luta pela preservação de seu território, mas como uma construção (em marcha) de outras formas de vida.

### **Considerações finais**

Este texto, desdobrado de um trabalho final de curso de graduação em Geografia, se soma ao conjunto de escritos e ações, desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, de contraposição à forma e conteúdo do projeto João Pessoa Sustentável.

Nas entrelinhas da luta por território travada pela Comunidade São Rafael está não apenas a permanência física das famílias nos lugares onde, há quase 100 anos, constroem suas vidas. Há uma disputa de uso e de narrativa. O valor de uso e o valor de troca; o território da vida e do capital especulativo. Esta luta interpela a todos: qual a ética do famigerado desenvolvimento sustentável?

A comunidade São Rafael, ao lançar mão de variadas táticas de resistência, afirma-se como *locus* de formação humana e defesa de uma outra forma de viver, ocupar e produzir o espaço, fundada no princípio da cooperação e no respeito aos direitos humanos. Ao resistir, escreve mais um capítulo, deste espesso livro da história da comunidade, com a luta do povo periférico pela dignidade de seu território.

## Referências

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa), CAIXA, Fundo Socioambiental. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. João Pessoa, 2014. Disponível em: <<https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd\\_2010\\_aglomerados\\_subnormais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Censo 2022. Mapas**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <[https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=setores\\_censitarios](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&recorte=setores_censitarios)>. Acesso em: 18 out. 2025.

INSTITUTO VOZ POPULAR. **Histórico**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://institutovozpopular.webnode.page/historico5/>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

LUCENA, Sarah Araújo de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento um estudo sobre o processo organizativo comunitário**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão em Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5898/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

NASCIMENTO, Ana Caroline Aires Vieira do. **A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa**. 2012. 259 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5496?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5496?locale=pt_BR)>. Acesso em 18 fev. 2025.

PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa). **Revisão do Plano de Reassentamento e Relocalização - PDRR**. João Pessoa, 2020. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Plano-Diretor-de-Reassentamento-e-Relocalizacao-PDRR-SET.2020.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

PMJP (Prefeitura Municipal de João Pessoa). **Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização - PERR: Comunidade São Rafael**. João Pessoa, 2024. Disponível em: <[https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/2024\\_05\\_14\\_PERR\\_SR\\_rev5-1-4.pdf](https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/2024_05_14_PERR_SR_rev5-1-4.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SOUZA, Ana Lúcia Batista de. **A mobilização da comunidade em prol da gestão escolar democrática na escola pública**. João Pessoa, 2013. 39 f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4079?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4079?locale=pt_BR)>. Acesso em: 18 fev. 2025.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.